

Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes

Anexo

05 de março de 2018



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	7
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
6	Inventários	9
7	Rédito	9
8	Subsídios das Entidades Públicas	9
9	Benefícios dos empregados	10
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações.....	11
11.1	Investimentos Financeiros	11
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11
11.3	Clientes e Utentes	12
11.4	Outras contas a receber	12
11.5	Diferimentos	12
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	13
11.7	Fundos Patrimoniais.....	13
11.8	Fornecedores	13
11.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
11.10	Outras Contas a Pagar.....	14
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.12	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.13	Outros rendimentos.....	14
11.14	Outros gastos	15
11.15	Acontecimentos após data de Balanço	15

1 Identificação da Entidade

O Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes foi constituído por alvará registado sob o n.º 661 em 24 de julho de 1967 e os Estatutos aprovados em 11 de maio de 1967, ao abrigo do artigo 23º e 25º dos Estatutos da ex-FNAT, atual INATEL, publicados em anexo ao Decreto n.º 37:836 de 24 de maio de 1950, sendo denominado por Centro de Alegria no Trabalho (CAT).

Na sua génese esteve um grupo de pessoas, trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados de Abrantes, com o intuito de promover o associativismo mediante a criação de eventos recreativos, culturais e desportivos, bem como a comparticipação nas despesas com a saúde dos associados e seus descendentes menores em contrapartida do pagamento de uma quota.

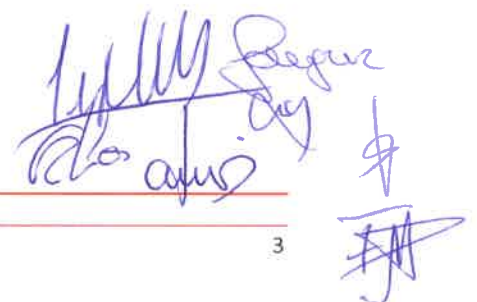
No dia 26 de março de 1999 foi constituída a escritura pública passando a designar-se por Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes e foi publicado no Diário da República n.º 105/99 III série (Suplemento) de 6 de maio de 1999, adquirindo personalidade jurídica de pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos.

Deve referir-se que enquanto a primeira alteração decorre na linha da transição de FNAT para INATEL, a passagem para a atual designação foi uma alteração de conteúdo funcional e orgânico.

Atualmente, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída sem finalidade lucrativa, com sede na Rua Capitão Correia de Lacerda, n.º 13 em Abrantes. O reconhecimento como pessoa coletiva de utilidade pública foi efetuado a 12 de setembro de 2007 e o registo lavrado pela inscrição.º 63/10, na folha 51 e 51 verso, do Livro n.º 13 das Associações de Solidariedade Social.

O Centro Social tem como principal objetivo o apoio a crianças e jovens, o apoio à família, o apoio à integração social e comunitária e a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, ou de capacidade para o trabalho.

Além dos fins enumerados, o Centro Social prossegue de modo secundário outros fins não lucrativos com aqueles compatíveis, designadamente iniciativas de carácter económico, social, educativo, cultural/ recreativo e desportivo, no âmbito do Município de Abrantes, para a realização dos meios necessários à prossecução dos fins estatutários e no âmbito das suas atividades de natureza associativa.



2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) - Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Na Entidade este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade:

As Demonstrações Financeiras relatam informação de fácil compreensão para os Utentes, mesmos nas matérias mais complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância:

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade:

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão, pelo que, reflete factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Substância sobre a forma:

Os acontecimentos foram contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica.

3.1.8 Neutralidade:

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência:

A incerteza e o risco marcam o quotidiano da instituição. Contudo, procurou-se manter o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos e não criar reservas ocultas.

3.1.10 Comparabilidade:

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

3.2.2 Investimentos financeiros

Na conta “Investimentos Financeiros” foram registadas as aplicações no Fundo de Compensação do Trabalho referente a uma funcionária, conforme determinação de legislação em vigor.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

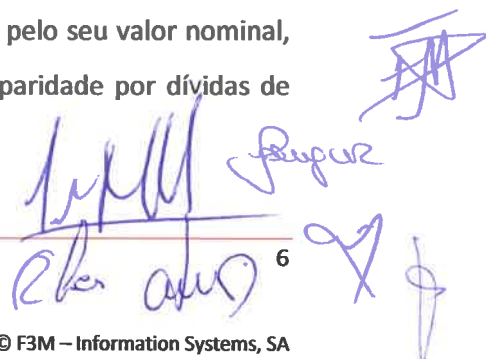
A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.4 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.5 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu valor nominal, pelo que não se encontra registada qualquer eventual perda por imparidade por dívidas de clientes.



3.2.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.7 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão e correção.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostram as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	86.505,92	0,00				86.505,92
Equipamento de transporte	0,00	0,00				0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	47.925,23	1.982,06				49.907,29
Outros Ativos fixos tangíveis	20.580,64	0,00				20.580,64
Total	155.011,79	1.982,06	0,00	0,00	0,00	156.993,85
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	84.582,78	812,23				85.395,01
Equipamento de transporte	0,00	0,00				0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	37.525,82	3.795,46				41.321,28
Outros Ativos fixos tangíveis	3.713,24	1.631,62				5.344,86
Total	125.821,84	6.239,31	0,00	0,00	0,00	132.061,15

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	86.505,92	1.668,63				88.174,55
Equipamento de transporte	0,00	0,00				0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	49.907,29	1.534,39				51.441,68
Outros Ativos fixos tangíveis	20.580,64	0,00				20.580,64
Total	156.993,85	3.203,02	0,00	0,00	0,00	160.196,87
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	85.395,01	1.173,69				86.568,70
Equipamento de transporte	0,00	0,00				0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	41.321,28	4.165,72				45.487,00
Outros Ativos fixos tangíveis	5.344,86	1.631,62				6.976,48
Total	132.061,15	6.971,03	0,00	0,00	0,00	139.032,18

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	24,21	1.330,26	-644,80	67,12	5.895,20	-2.159,28	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	469,60	1.063,75	0,00	536,00	9.532,00	-106,30	697,10
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	493,81	2.394,01	-644,80	603,12	15.427,20	-2.265,58	697,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.639,90			13.067,64
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	14.501,50	23.385,20
Quotas e joias	97.097,55	99.455,50
Serviços secundários	35.677,59	25.422,64
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	147.276,64	148.263,34

8 Subsídios das Entidades Públicas

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos na rubrica de “Subsídios das entidades públicas”:

Descrição	2017	2016
Subsídios de Entidades Públicas		
Instituto de Segurança Social	0,00	0,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-37,73	5.416,38
Autarquias	160.305,29	172.249,61
Total	160.267,56	177.665,99

9 Benefícios dos empregados

Nos períodos de 2017 e 2016, o número de membros dos órgãos sociais foram, respetivamente 13 e 14. De um período para outro verificou-se a alteração da composição dos órgãos sociais ao abrigo dos Estatutos aprovados a 28 de outubro de 2015.

2017 (após 02-fev-2017)		2016 (até 01-fev-2017)	
Assembleia Geral			
Presidente	Catarina Alexandra Justino Santos	Presidente	Sónia Vera Amaro Alves
Secretário	Luís Filipe Batista Cardoso	Secretário	Sandra Isabel Catarino Rodrigues
Secretário	Sandra Isabel Catarino Rodrigues	Secretário	Luís Filipe Batista Cardoso
Direção			
Presidente	Júlia Cristina da Silva Augusto	Presidente	António Lucas Gomes Mor
Vice-presidente	Maria Luisa Espadinha Rodrigues	Vice-presidente	Jorge Manuel Pombo
Secretário	Ana Luísa Rodrigues Lucas	Secretário	Júlia Cristina da Silva Augusto
Tesoureiro	Carlos Manuel Vestias Mascate	Tesoureiro	Carla Isabel Lopes Dias
Vogal (função administr. e financeira)	Luís António Fernandes Salgueiro	Vogal (função económica e financeira)	Marta Margarida Lopes Bernardino Marques
Vogal (função educativa e social)	Luis Manuel Rosa Gonçalves Pombo	Vogal (função educativa e social)	Helena Isabel Matos Martinho
Vogal (função cultural, recreativa e desportiva)	Francisco José Marques Alexandre	Vogal (função desportiva)	Pedro Miguel Gomes Sampaio
		Vogal (função cultural e recreativa)	Ana Luísa Rodrigues Lucas
Conselho Fiscal			
Presidente	Paulo Jorge Morgado Domingos	Presidente	Luís António Fernandes Salgueiro
Secretário	Mariz Alves Marques	Vogal	Maria Helena Pimenta Bento
Vogal	Luis Miguel Ferreira Pires	Vogal	Duarte André Chaleira Silva Teodoro

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações ou gratificações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2016 foram de 7 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	75.037,93	103.835,34
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	109.189,74	0,00
Encargos sobre as Remunerações	15.484,55	20.981,63
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.045,67	1.695,68
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	59,77	0,00
Total	200.817,66	126.512,65

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	15,54	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	15,54	0,00

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	32,00	52,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	4.655,66	2.562,67
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	4.687,66	2.614,67
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	26.949,31	12.530,43
Total	26.949,31	12.530,43

11.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	110,40
Utentes	2.755,44	2.512,79
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	2.755,44	2.623,19

11.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.867,15	26.580,84
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1.467,66	1.543,32
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	5.334,81	28.124,16

11.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Gastos a reconhecer	211,56	383,68
Total	211,56	383,68
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	4.312,94	603,51
Depósitos à ordem	48.115,79	59.557,35
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	52.428,73	60.160,86

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	141.419,88	0,00	-45.005,79	96.414,09
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.762,00	0,00	-3.762,00	0,00
Total	145.181,88	0,00	-48.767,79	96.414,09

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	10.186,85	7.913,93
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	10.186,85	7.913,93

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	1.250,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	24.842,87	23.183,55
Outros Impostos e Taxas	17,10	51,49
Total	24.859,97	24.485,04
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	234,00	1.084,50
Segurança Social	755,27	2.440,95
Outros Impostos e Taxas	9,22	0,00
Total	998,49	3.525,45

11.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		50.691,63		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		7.505,92		19.781,52
Total	0,00	58.197,55	0,00	19.781,52

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	160.267,56	177.665,99
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	160.267,56	177.665,99

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	21.963,54	44.956,24
Serviços especializados	10.568,61	19.109,77
Materiais	4.075,45	3.738,09
Energia e fluidos	9.063,08	11.963,67
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	8.272,65	10.477,46
Total	53.943,33	90.245,23

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	25,00	200,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	6.302,71	1.715,69
Total	6.327,71	1.915,69

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	119.663,04	148.213,72
Total	119.663,04	148.213,72

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

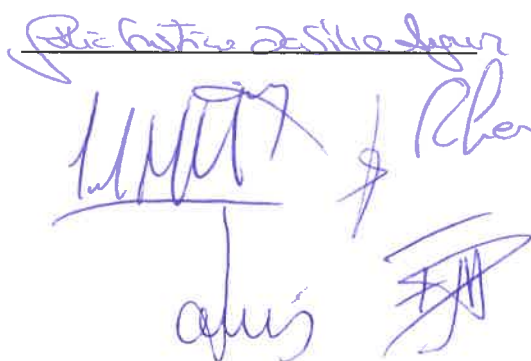
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 5 de março de 2018.

Abrantes, 5 de março de 2018

O Contabilista Certificado



A Direcção



Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501 639 314

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 / 5	21.164,69	24.932,70
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	3.2.2 / 11.1	15,54	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		21.180,23	24.932,70
Activo corrente			
Inventários	3.2.3 / 6	697,10	603,12
Créditos a receber	3.2.5 / 11.3	2.755,44	2.623,19
Estado e outros entes públicos	3.2.8 / 11.9	24.859,97	24.485,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.4 / 11.2	4.687,66	2.614,67
Diferimentos	11.5	211,56	383,68
Outros ativos correntes	11.4	5.334,81	28.124,16
Caixa e depósitos bancários	3.2.6 / 11.6	52.428,73	60.160,86
		90.975,27	118.994,72
Total do ativo		112.155,50	143.927,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.7	96.414,09	141.419,88
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	0,00	3.762,00
		96.414,09	145.181,88
Resultado líquido do período		-80.590,79	-45.005,79
Total dos fundos patrimoniais		15.823,30	100.176,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.7 / 11.8	10.186,85	7.913,93
Estado e outros entes públicos	3.2.8 / 11.9	998,49	3.525,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.4 / 11.2	26.949,31	12.530,43
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	11.10	58.197,55	19.781,52
		96.332,20	43.751,33
Total do passivo		96.332,20	43.751,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		112.155,50	143.927,42

A Direcção

O Contabilista

Protesta e Silva
Rece
11/11/17
am

Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		139.333,23	153.273,33
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-74.562,08	-103.128,63
Pagamentos ao pessoal		-123.435,02	-79.040,65
Caixa gerada pelas operações		-58.663,87	-28.895,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		50.931,74	-37.794,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-7.732,13	-66.690,80
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-7.732,13	-66.690,80
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		60.160,86	126.851,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		52.428,73	60.160,86

A Direcção

O Contabilista

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501 639 314

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	147.276,64	148.263,34
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.11	160.267,56	177.665,99
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-13.067,64	-1.639,90
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-53.943,33	-90.245,23
Gastos com o pessoal	9	-200.817,66	-126.512,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	11.13	6.327,71	1.915,69
Outros gastos	11.14	-119.663,04	-148.213,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-73.619,76	-38.766,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-6.971,03	-6.239,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-80.590,79	-45.005,79
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-80.590,79	-45.005,79
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-80.590,79	-45.005,79

A Direcção

O Contabilista

Julio Castro de Silva Aguiar
Luís
Ala
avis
##

Cláudia Fente



**CENTRO SOCIAL
DO PESSOAL**

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Parecer do Conselho Fiscal

**Relatório de Gestão e Contas
exercício de 2017**

Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com o determinado nos Estatutos do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, procedeu o Conselho Fiscal em reunião de todos os seus membros, realizada a 19 de março de 2018, pelas 18:00 horas, à verificação e análise do Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Procedemos à apreciação do Relatório de Gestão e à verificação das demonstrações financeiras compreendendo o balanço e a demonstração dos resultados e seus anexos. Dos serviços administrativos obtivemos a documentação que julgamos necessária a uma avaliação da situação económico/financeira. Nesta conformidade entendeu o Conselho Fiscal relatar as seguintes situações no âmbito da sua ação fiscalizadora:

- 1 - O Relatório de Gestão e Contas e os livros de contabilidade satisfazem as disposições legais e estatutárias fornecendo uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, da situação económico/financeira do Centro Social;
- 2 - O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade do Centro Social, através de contactos regulares com a Direção, a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.
- 3 - A Direção demonstra rigor no cumprimento das obrigações estatutárias e fiscais, como fica demonstrado pela inexistência de dívidas para com o Estado à data do encerramento das contas. Releva-se ainda a inexistência de dívidas em mora a fornecedores e outros credores;
- 4 - O Conselho Fiscal, apesar do resultado negativo de 80.590,79€ no exercício de 2017, justificado pelo pagamento das indemnizações às ex-funcionárias da creche, manifesta total confiança na gestão levada a cabo pela direção;
- 5 - O Conselho Fiscal está em total sintonia com a Direção, apesar de no quadriénio passado se terem verificado resultados negativos consecutivos, confiando que no exercício de 2018 seja já visível o resultado do esforço empreendido.

Tendo em conta o exposto anteriormente, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício do ano 2017, e que as mesmas deverão ser apreciadas pela Assembleia-Geral de associados e serem objeto de aprovação conforme competências que lhe são conferidas pelos Estatutos.

Abrantes, 19 de março de 2018

Paulo Jorge Morgado Domingos



Presidente

Mariz Alves Marques



Secretário

Luis Miguel Ferreira Pires



Vogal



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS ANO 2017

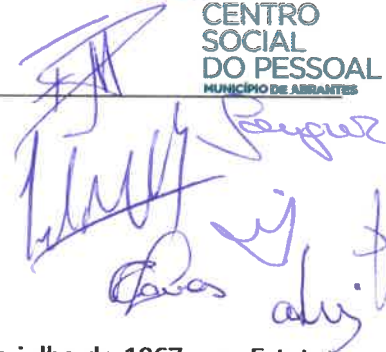


50 ANOS
CENTRO
SOCIAL
DO PESSOAL
MUNICÍPIO DE ABRANTES

Signatures:
Santos
Dias
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Índice

I. Relatório de Atividades e Gestão da Direção	2
II. Demonstração de Resultados e Balanço	8
III. Aplicação dos resultados	13
IV. Mapas Finais	14



I. Relatório de Atividades e Gestão da Direção

Esta Instituição foi constituída por alvará registado sob o n.º 661 em 24 de julho de 1967 e os Estatutos aprovados em 11 de maio de 1967, ao abrigo do artigo 23º e 25º dos Estatutos da ex-FNAT, atual INATEL, publicados em anexo ao Decreto n.º 37:836 de 24 de maio de 1950, sendo denominado por Centro de Alegria no Trabalho (CAT).

Na sua génese esteve um grupo de pessoas, trabalhadores da Câmara Municipal de Abrantes e dos Serviços Municipalizados de Abrantes, com o intuito de promover o associativismo mediante a criação de eventos recreativos, culturais e desportivos, bem como a comparticipação nas despesas com a saúde dos associados e seus descendentes menores em contrapartida do pagamento de uma quota.

No dia 26 de março de 1999 foi celebrada escritura pública passando a designar-se por Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes com publicação no Diário da República n.º 105/99 III série (Suplemento) de 6 de maio de 1999, adquirindo personalidade jurídica de pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos.

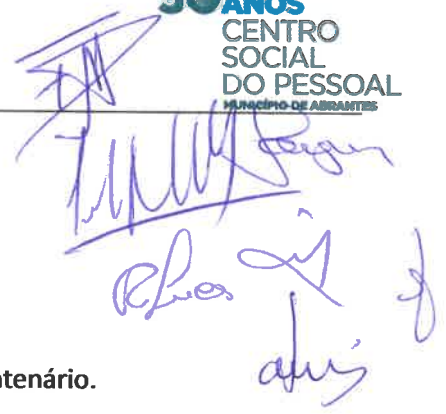
Enquanto a primeira alteração decorreu na linha da transição de FNAT para INATEL, a passagem para a atual designação foi uma alteração de conteúdo funcional e orgânico.

Atualmente, o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem finalidade lucrativa.

Missão

O Centro Social (CSPMA) tem como objetivos principais, mediante a concessão de bens e prestação de serviços, o apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, ou de capacidade para o trabalho.

Além dos fins enumerados, o Centro Social prossegue de modo secundário outros fins não lucrativos com aqueles compatíveis, designadamente iniciativas de carácter económico, social, educativo, cultural/recreativo e desportivo, no âmbito do Município de Abrantes, para a realização dos meios necessários à prossecução dos fins estatutários e no âmbito das suas atividades de natureza associativa.



Factos mais relevantes ocorridos no ano de 2017

O ano de 2017 ficará na história da Instituição como o ano do seu cinquentenário.

O ano de 2017 também ficará na história como o ano em que a Instituição se viu forçada a fechar a Creche. Para além de funcionar com poucas crianças, não tinha qualquer apoio da Segurança Social, nem se perspetivava que alguma vez o pudesse obter, apesar todas as diligências desenvolvidas por esta Direção e pelas anteriores. Esta valência estava a acumular resultados económicos negativos de relevo, o que a curto prazo iria colocar em risco a continuação da existência da própria Instituição.

De relevar a alteração do modelo de gestão do refeitório, a partir de setembro, passando as refeições a serem confeccionadas por uma cozinheira contratada em vez de uma empresa de prestação de serviços, como vinha acontecendo até então. Esta medida fez com que o número de refeições diárias servidas cresce-se cerca de 63%.

O ano fica também marcado pelo regresso do CSPMA às festas de Abrantes. O CSPMA voltou a ter um “restaurante” nas festas de abrantas, passados 8 anos. E veio para ficar!

Análise ao Programa de Ação e Orçamento

Foram conjugados esforços para dar cumprimento às atividades/projetos integrados no Programa de Ação e Orçamento apresentado. De seguida, procede-se a análise do mesmo:

Ação Social:

Atividades previstas no P.A.O	Observações
<p>Prosseguir a intervenção junto das organizações estatais pela adequação dos modelos e conceitos de financiamento à realidade dos custos reais de funcionamento;</p>	<p>A atual Direção, que tomou posse em fevereiro de 2017, encetou todos os esforços junto da Segurança Social para que esta desse uma resposta positiva no que diz respeito ao apoio a conceder - celebração do Acordo de Cooperação, o que não veio a ocorrer. Após aferir a realidade financeira da associação, a direção verificou que a mesma estaria a ser posta em causa devido ao forte peso que a valência creche apresentava nas contas da associação, tendo decidido propor à Assembleia Geral o seu encerramento.</p>
<p>Apoiar na doença os associados em conformidade com o previsto nos Estatutos e de acordo com a circular em vigor;</p>	<p>As despesas de ação social referentes ao ano de 2017 foram liquidadas em função das disponibilidades financeiras. O pagamento da ação social aos associados foi realizado até ao mês de setembro.</p>
<p>Manter o refeitório em funcionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - com refeições servidas a todos os associados; - com refeições servidas a outras entidades individuais ou coletivas; - com refeições servidas no âmbito de Protocolos assinados com o Município; 	<p>Após remodelação da sala de refeições em 2014 por forma a dotar o espaço de mais conforto e atrair mais associados para frequentar o mesmo, verificou-se que os números estavam muito abaixo do desejado com uma média de 16 pessoas por dia. A direção reuniu com a empresa responsável pelo fornecimento de refeições de modo a perceber se seria possível melhorar de alguma forma de modo a atrair mais utentes. Em fevereiro decidiu-se que continuar-se-ia com este modelo até agosto sendo que depois mudar-se-ia para uma nova forma de gestão. Em setembro iniciou-se a administração direta do refeitório por parte do Centro Social com a contratação de uma cozinheira. Esta decisão implicou trabalho acrescido para a direção com a introdução de toda uma série de novos serviços acoplados a este modelo de gestão (procura de fornecedores, encomendas, instalação de sistemas de segurança alimentar, aumento do número de colaboradores no mapa de pessoal). Esta foi pelas opiniões que nos chegam por parte dos associados, uma aposta de sucesso dado que desde setembro até dezembro o número médio de refeições aumentou cerca de 63%, facto esse se deveu sobretudo à qualidade das refeições que melhorou exponencialmente.</p> <p>Os associados e os acompanhantes que utilizam o refeitório encontram-se muito satisfeitos pela mudança do modelo de gestão.</p> <p>Continuam a ser fornecidas refeições no âmbito do Protocolo assinado com o Município sempre que solicitado.</p> <p>Manteve-se o fornecimento de refeições às atividades dos campos de férias e respetivos monitores. O número de refeições nas férias de verão diminuiu por não termos condições em termos de espaço físico para acolhermos um número mais elevado de utilizadores, nem possuímos viatura própria para proceder a entregas.</p>

Ação Social (cont.):

Atividades previstas no P.A.O	Observações
Retomar o funcionamento/exploração do Bar do “Edifício Paços” após conclusão das obras de reabilitação e reestruturação das instalações, parcerias com o Município que já se encontram em curso;	As obras do bar sito no edifício paços do concelho não iniciaram durante o ano de 2017, apesar de vários contactos estabelecidos entre a direção e o executivo de modo a sensibilizar para a importância deste equipamento para as duas entidades.
Organizar a Festa de Natal, em parceria com o Município de Abrantes, com distribuição das prendas aos filhos dos associados e/ou funcionários;	Esta atividade foi concretizada, para além do caráter social proporcionou bons momentos de confraternização entre os funcionários do Município, do Centro Social e respetivas famílias, tendo-se realizado na Quinta D’ Oliveiras – Alferrarede, com a presença de 439 pessoas. O Magusto realizou-se este ano nas oficinas dos estaleiros municipais e contou com cerca de 140 participantes.
Promover e participar em iniciativas em benefício de causas sociais;	Doamos alguns brinquedos, jogos e livros didáticos para a campanha solidária promovida pela União de freguesias de Abrantes e Alferrarede em dezembro para entrega a famílias carenciadas.
Apostar em novas iniciativas sociais, em modelos de parceria e cooperação com entidades públicas ou privadas (de economia social);	Continuámos com a parceria com o CLAS – Centro Local de Ação Social e suas ações.
Aumentar os benefícios dos associados através de parcerias com entidades locais que concedam benefícios aos associados do Centro Social.	Foram criados novos protocolos com entidades que oferecem, aos nossos associados, condições mais vantajosas de acessos aos seus serviços. (Caixilharia; Escola de Línguas; Salão de Beleza; Clínica dentária; Podologia e enfermagem).

Educação:

Atividades previstas no P.A.O	Observações
Manter em funcionamento a resposta social da Creche “O Pinóquio” e dar cumprimento ao seu Programa de Ação;	O Centro Social manteve a resposta social de Creche até ao final do ano letivo 2016/2017 e foram cumpridos os objetivos constantes no Plano Pedagógico.
Manter a atribuição de subsídios escolares aos associados e aos seus filhos dependentes, desde que haja aproveitamento escolar;	Este apoio foi assegurado a todos os requerimentos que deram entrada no ano de 2017.
Realização de atividades de lazer e desenvolvimento de atividades pedagógicas com as crianças que frequentam “O Pinóquio”;	Realizaram-se atividades de acordo com o Plano de Atividades da creche durante a atividade da mesma que cessou em julho.

Educação (cont.):

Atividades previstas no P.A.O	Observações
Apoiar projetos que permitam o contato e a interação entre os meninos da Creche e outros jovens com o intuito de lhes inculcir e promover o desenvolvimento de competências técnico-pedagógicas e espírito de inter-ajuda;	Em virtude do número reduzido de crianças, não foi exequível apoiar projetos e/ou iniciativas nesta área.
Desenvolver um Projeto de atividades de ocupação de tempos livres nas férias escolares visando acolher crianças e adolescentes do 1º ao 3º ciclo, que procurem ocupar os seus tempos livres de forma lúdica e edificante, assegurando às famílias o conforto de saber que os seus filhos estão bem entregues e aproveitando o seu tempo livre.	O Município tem desenvolvido, em períodos abrangentes, projetos com vista à ocupação das crianças e jovens em tempo de férias, como por exemplo as “Férias Jovens”, pelo que ainda não se verificou necessidade do Centro Social iniciar este projeto. É de referir que para estas atividades são utilizadas as salas de refeição do Centro Social esgotando a sua lotação nestas alturas.

Cultura/Lazer :

Atividades previstas no P.A.O	Observações
Organização de programas de cariz cultural e de lazer dirigido aos associados;	No ano de 2017, atendendo à situação financeira da Instituição, não se organizaram programas de cariz cultural e de lazer.
Promoção de ações de formação destinadas aos associados e suas famílias;	Devido à inexistência de parcerias não foi possível promover este tipo de ações.
Comemoração do Dia Internacional da Mulher;	Promoveu-se um jantar convívio na Quinta d’oliveiras. O dia também foi assinalado na sede com oferta de flores às associadas.
Comemoração do 50º aniversário do Centro Social;	Estava planeado um evento em parceria com o COA – Clube Orientação e Aventura, uma atividade de orientação seguida de picnic convívio em S. Lourenço no dia 28-05-2017. No entanto devido às condições climáticas adversas o evento não se realizou, não tendo sido possível até à data reagendá-lo.
Realização de dois passeios no âmbito do programa “Passeios com cultura” dando a conhecer locais do nosso país e fora dele e a sua cultura (destinos a definir);	No ano de 2017, atendendo à situação financeira da Instituição, não se organizou o programa de “Passeios com cultura”.
Dinamização da sede do Centro com realização de eventos com vista à angariação de fundos.	Considerando a conjuntura económica, a Direção optou por não realizar eventos que não tivessem interesse geral para a grande maioria dos associados e que consubstanciassem um aumento de despesas para as famílias.

Desporto:

Atividades previstas no P.A.O	Observações
Promoção de um torneio de futebol interautarquias em parceria com o Município;	Desenvolveu-se em parceria com o município de Ferreira da Zêzere dois momentos inseridos num convívio de futebol interautarquias, no dia 21 de maio, no campo de futebol do Rossio ao Sul do Tejo em Abrantes e no dia 4 de junho em Ferreira do Zêzere.
Realização de atividade " Workshop de Introdução ao Geocaching";.	Dado a parceria previamente estabelecida, que vinha da anterior direção, não ter dado continuidade esta ação ficou sem efeito pois todo o know-how se concentrava na associação parceira.
Realização de um passeio pedestre e/ou uma caminhada;	Dada a elevada oferta que existe na região, optou-se pela não realização desta atividade.
Promoção de atividades ou parcerias, visando a ocupação dos tempos livres dos associados.	Constatou-se que a promoção desta atividade não reuniu interesse e disponibilidade por parte dos associados.

Administrativa/Financeira:

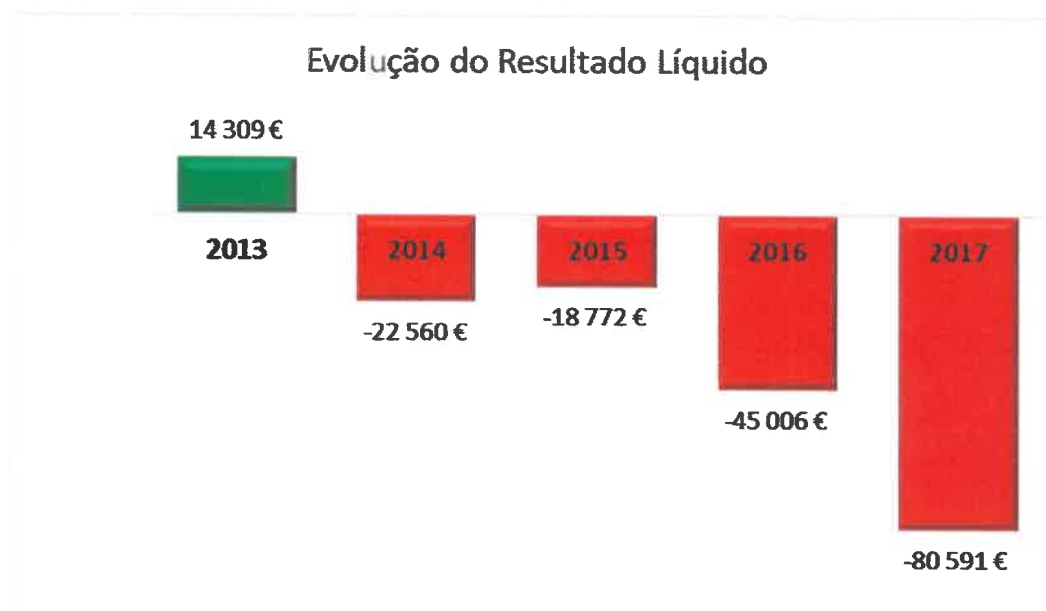
Atividades previstas no P.A.O	Observações
Manter a sensibilização para a redução de custos em diversas rubricas, nomeadamente, eletricidade, água, comunicações e outros bens e serviços;	Sensibilizou-se os colaboradores para a necessidade de redução de consumos nomeadamente gás, eletricidade e outros custos administrativos.
Continuar as ações conducentes à preservação e manutenção do património edificado e móvel, bem como substituição dos bens móveis quando necessário.	Foi realizada a manutenção dos equipamentos sempre que necessário e foi verificada a instalação elétrica, nomeadamente com a introdução, por fases, de algumas lâmpadas em leds nas zonas de maior utilização.

II. Demonstração de Resultados e Balanço

O exercício económico de 2017 encerrou com um Resultado Líquido negativo de 80.590,79€.

O Resultado Líquido corresponde à diferença entre os Rendimentos e Ganhos e os Gastos e Perdas.

Abaixo apresenta-se graficamente a evolução do Resultado Líquido dos últimos 5 anos.



Em 2018, como consequência das medidas de gestão tomadas pela Direção, que adiante referiremos, o CSPMA voltará a ter resultados líquidos positivos.

Para uma melhor compreensão da situação económica e financeira da Instituição apresentamos uma breve análise às demonstrações financeiras:

- Demonstração de Resultados.
- Balanço.

■ Demonstração de Resultados

Designação das rubricas	Ano		Variação	Orçamentado
	2017	2016		
Vendas e serviços prestados	147 276,64	148 263,34	-986,70	158 375,00
Subsídios à exploração	160 267,56	177 665,99	-17 398,43	274 981,05
Outros rendimentos e ganhos	6 327,71	1 915,69	4 412,02	2 200,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	200,00
Total de rendimentos e ganhos	313 871,91	327 845,02	-13 973,11	435 756,05
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13 067,64	1 639,90	11 427,74	3 000,00
Fornecimentos e serviços externos	53 943,33	90 245,23	-36 301,90	149 036,65
Gastos com pessoal	200 817,66	126 512,65	74 305,01	128 000,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 971,03	6 239,31	731,72	7 000,00
Outros gastos e perdas	119 663,04	148 213,72	-28 550,68	147 950,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	200,00
Total de gastos e perdas	394 462,70	372 850,81	21 611,89	435 186,65
Resultado Líquido	-80 590,79	-45 005,79	-35 585,00	569,40

A Demonstração de Resultados reflete de forma dinâmica a posição da Entidade e destina-se a evidenciar a formação do Resultado Líquido do Exercício, pelo confronto entre os Rendimentos e Ganhos com os Gastos e Perdas.

Comparativamente ao ano de 2016, verificou-se uma redução do total dos **Rendimentos e Ganhos** em 13.973,11€, devido à diminuição da rubrica dos Subsídios à Exploração. Esta redução deveu-se ao facto de terem existido menos atividades em parceria com a Câmara Municipal, o que originou menos transferências por parte daquela Entidade, fundamentalmente as atividades relativas às “Férias Jovens”.

As restantes rubricas não apresentam variações significativas comparativamente a 2016.

Relativamente ao total dos **Gastos e Perdas** verificou-se um aumento de 21.611,89€, comparativamente ao ano precedente.

As rubricas que tiveram um agravamento dos Gastos e Perdas foram: “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e “Gastos com o pessoal”. O aumento da primeira rubrica deve-se ao facto de se ter mudado o modelo de gestão do refeitório. O serviço de refeitório deixou de ser prestado por empresa externa, passando a ser assegurado por trabalhadores do CSPMA, sendo nesta rubrica

contabilizada as compras necessárias para a confeção das refeições. Foi também registado nesta rubrica as compras para o restaurante que o CSPMA teve nas Festas de Abrantes. O aumento da rubrica de Gastos com o Pessoal deve-se, essencialmente, à contabilização das indemnizações a pagar às trabalhadoras da Creche, em virtude de ter sido decidido encerrá-la, pois o seu resultado de exploração (muito negativo) estava a colocar em causa a existência, a curto prazo, do CSPMA.

Ao invés, as rubricas de “Fornecimentos e serviços externos” e de “Outros gastos e perdas” tiveram resultados inferiores, comparativamente a 2016. Na primeira rubrica, a redução justifica-se com poupanças relativas à alteração do modelo de gestão do refeitório, do encerramento da creche e de outras medidas de redução de custos implementadas durante o ano. Na segunda rubrica, a redução deveu-se à diminuição dos Gastos com apoios financeiros concedidos aos associados (despesas de saúde, PPR).

■ Balanço

Designação das rubricas	Ano		Variação
	2017	2016	
Ativo ã corrente	21 180,23	24 932,70	-3 752,47
Ativo corrente	90 975,27	118 994,72	-28 019,45
Inventários	697,10	603,12	93,98
Créditos a receber	2 755,44	2 623,19	132,25
Estado e outros entes públicos	24 859,97	24 485,04	374,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores /doadores/associados /membros	4 687,66	2 614,67	2 072,99
Outros ativos correntes	5 334,81	28 124,16	-22 789,35
Diferimentos	211,56	383,68	-172,12
Caixa e depósitos bancários	52 428,73	60 160,86	-7 732,13
Total do ativo	112 155,50	143 927,42	-31 771,92
Resultados Transitados	96 414,09	141 419,88	-45 005,79
Outras variações fundos patrimoniais	0,00	3 762,00	-3 762,00
Resultado Líquido	-80 590,79	-45 005,79	-35 585,00
Passivo corrente	96 332,20	43 751,33	52 580,87
Fornecedores	10 186,85	7 913,93	2 272,92
Estado e outros entes públicos	998,49	3 525,45	-2 526,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados /membros	26 949,31	12 530,43	14 418,88
Outros passivos correntes	58 197,55	19 781,52	38 416,03
Total dos fundos patrimoniais e passivo	112 155,50	143 927,42	-31 771,92

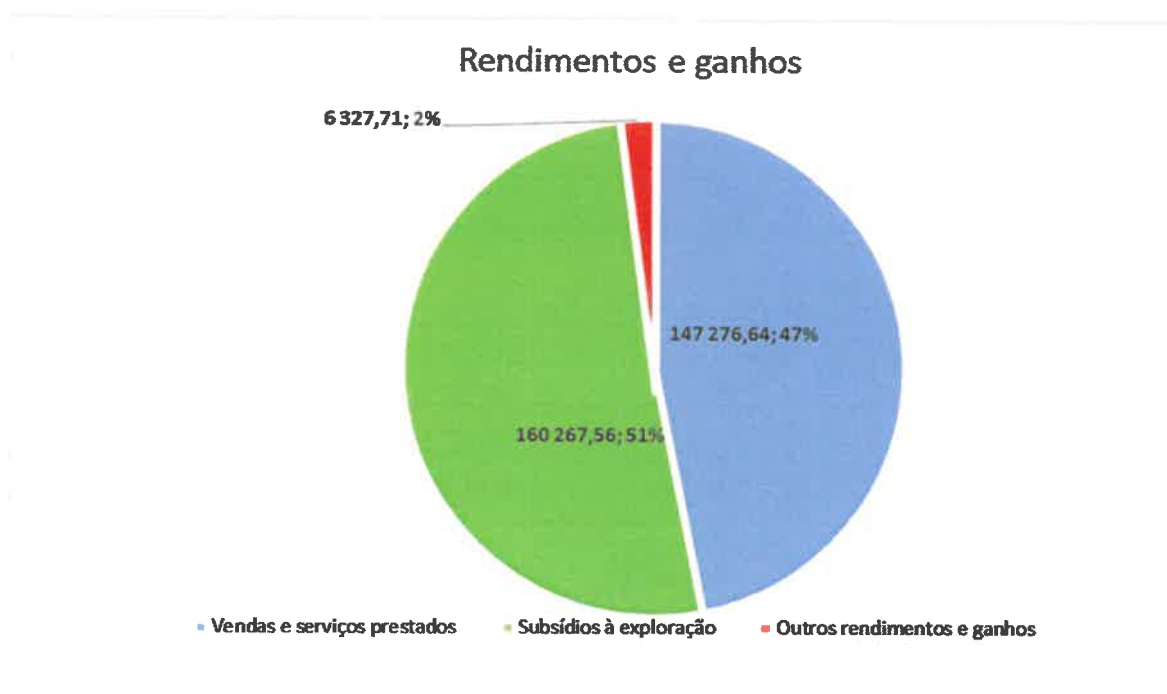
Ao contrário da Demonstração, o Balanço reflete a posição estática da Entidade, demonstrando os bens, direitos e obrigações da mesma.

Da análise ao Balanço verifica-se uma diminuição significativa do Ativo corrente. Esta diminuição justifica-se pelo facto de em 2017 o montante da especialização das remunerações a liquidar em 2018 referentes a 2017, ser menor pois o número de trabalhadores passou de 7 para 3, devido ao encerramento da creche.

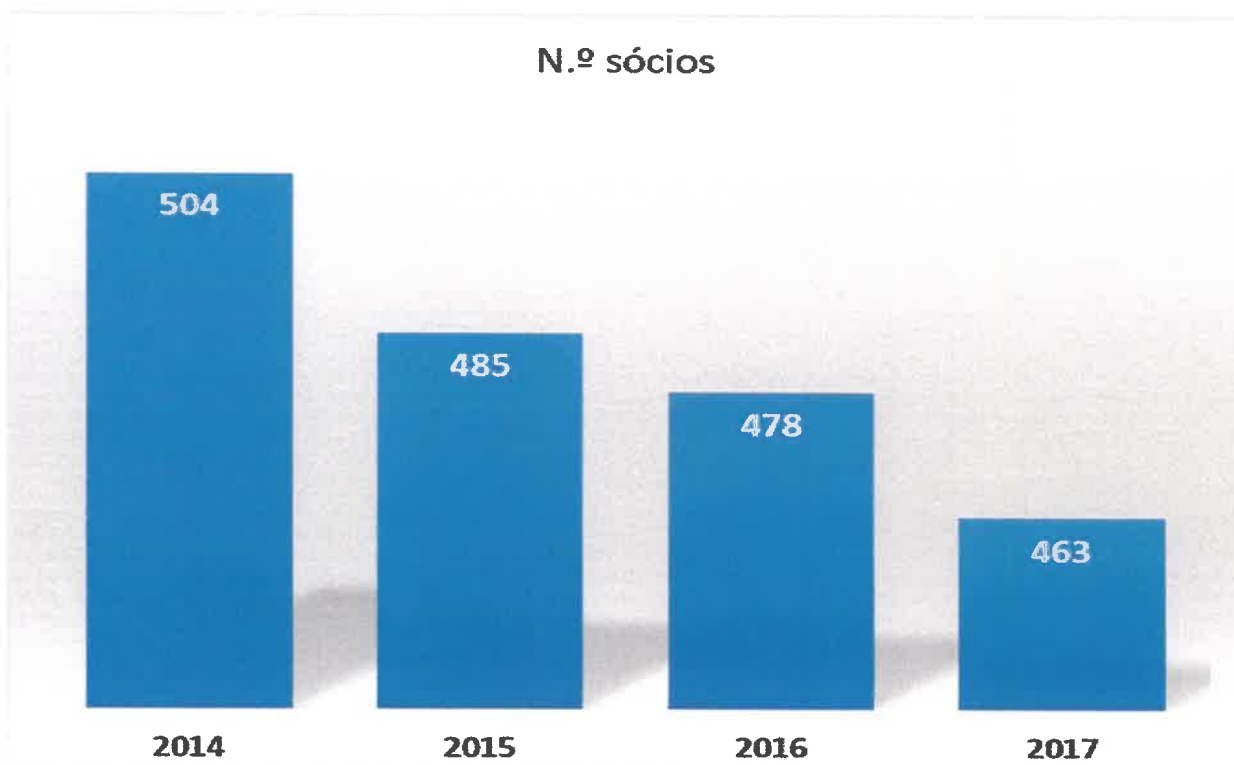
O aumento do passivo corrente deve-se, essencialmente, ao montante das duas últimas tranches que serão pagas em 2018, referentes a indemnizações às ex-trabalhadoras da creche.

Os Resultados transitados refletem a aplicação do valor dos mesmos do ano anterior.

Nos gráficos que se seguem podemos observar a percentagem/peso que cada rubrica representa no total dos Rendimentos e ganhos e dos Gastos e perdas:



Handwritten signature: Luís Figueiredo
Handwritten signature: J. J. Valis



De 11/11/2017
De 11/11/2017
De 11/11/2017

III. Aplicação dos resultados

Em 2017, o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes apresenta um Resultado Líquido negativo de 80.590,79 €.

Considerando que, com a adoção do SNC-ESNL as informações de natureza económica e financeira encontram-se explicadas com grande detalhe no Anexo às Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação do resultado líquido de 2017 e a comparação com os resultados do ano anterior.

Para cumprimento do disposto e à semelhança do praticado em anos anteriores, a Direção propõe que o Resultado do exercício de 2017 seja aplicado da seguinte forma:

Para a conta de Resultados Transitados..... - 80.590,79 €.

Abrantes, 05 de março de 2018

A Direção,

IV. Mapas Finais

Balanço

Demonstração de resultados por naturezas

Demonstração de resultados por funções

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

